



Decorrentes de Decisão Judicial	6.488	0	6.488
Despesas de Exercícios Anteriores	7.596	1.170	8.766
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	366.484	0	366.484
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>804.990</b>	<b>580</b>	<b>805.570</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>468.699.862</b>
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) x 100</b>	<b>0,171750%</b>	<b>0,000124%</b>	<b>0,171873%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,365117%</b>		<b>1.711.303</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,346861%</b>		<b>1.625.738</b>

FONTE: SIAFI e SCOT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

3) No item "Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)", foram consideradas as despesas com:

a) Precatórios da Administração Direta, classificada no item de despesa 33190.91.05, no valor de R\$ 4.805 (em milhares), e

b) Sentenças de Pequeno Valor, classificada no item 33190.91.06, no montante de R\$ 1.683 (em milhares).

4) Na despesa com Pessoal, não foi considerado o montante de R\$ 1.449 (em milhares), referente aos "Destaque", destinados aos pagamentos de Precatórios da Administração Indireta, classificados no item de despesa 33190.91.07, tendo em vista o disposto na Portaria nº 575/2007 da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como na determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

DECIO SEBASTIÃO DAIDONE  
Desembargador Presidente do TRT 2ª Região

NIVALDO CATANIA  
Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

LUÍS ALBERTO DAGUANO  
Diretor Geral da Administração

RITA KOTOMI YURI  
Diretora da Secretaria de Controle Interno

### 3ª REGIÃO

#### PORTARIA Nº 41, DE 21 DE MAIO DE 2010

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 1º quadrimestre de 2010, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. EDUARDO AUGUSTO LOBATO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2009 A ABRIL/2010  
RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a" - R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em restos a pagar não processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	980.961	1.145	982.106
Pessoal Ativo	711.518	848	712.366
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	266	0	266
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	13.652	167	13.819
Demais Despesas com Pessoal Ativo	697.600	681	698.281
Pessoal Inativo e Pensionistas	269.443	297	269.740
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	312	0	312
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	269.131	297	269.428
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	293.146	546	293.692
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	13.918	167	14.085
Despesas de Exercícios Anteriores	14.501	379	14.880
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	264.727	0	264.727
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>687.815</b>	<b>599</b>	<b>688.414</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>468.699.862</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/IV) x 100</b>	<b>0,146750%</b>	<b>0,000128%</b>	<b>0,146877%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,334678%</b>			<b>1.568.635</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,317944%</b>			<b>1.490.204</b>

FONTE: SIAFI 2009/2010 - TRT3/DSAOC/SRCA

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

3) No item "Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de Outros da Adm. Direta)", o valor de R\$ 6.062 (em milhares de reais) refere-se a Precatórios e R\$ 7.757 (em milhares de reais) refere-se a Sentenças de Pequeno Valor (SPV).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010052700097

4) Este Regional executou, em milhares de reais, R\$1.014 referente a Precatórios da Administração Indireta - Autarquias e Fundações, que recebeu através de destaque no orçamento e que, neste relatório, não estão incluídos na despesa com pessoal.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art.54, III, parágrafo único da LRF)

Des. EDUARDO AUGUSTO LOBATO  
Presidente do Tribunal

LINA MARIA PINTO GONÇALVES  
Ordenadora de Despesas

HERCE MARTINS PONTES  
Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

GERALDO MAGELA FERNANDES DE SOUZA  
Chefe do Núcleo de Controle Interno

### 4ª REGIÃO

#### PORTARIA Nº 2.363, DE 25 DE MAIO DE 2010

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL constante no Processo Administrativo Eletrônico TRT 4ª nº 0001033-43.2010.5.04.0000.

Des. CARLOS ALBERTO ROBINSON

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2009 A ABRIL/2010

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	884.107	33	884.140
Pessoal Ativo	607.296	31	607.327
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	14.533	0	14.533
Demais Despesas com Pessoal Ativo	592.763	31	592.794
Pessoal Inativo e Pensionistas	276.811	2	276.813
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	864	0	864
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	275.947	2	275.949
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	259.697	0	259.697
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	14.605	0	14.605
Despesas de Exercícios Anteriores	12.375	0	12.375
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	232.717	0	232.717
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>624.410</b>	<b>33</b>	<b>624.443</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>468.699.862</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/IV) x 100</b>	<b>0,133222%</b>	<b>0,000007%</b>	<b>0,133229%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,239136%</b>			<b>1.120.830</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,227179%</b>			<b>1.064.789</b>

FONTE: SIAFI GERENCIAL-SOF/SECOF/TRT 4ª Região

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.